

Documentação
FSP
26/8/97
Koruba 58

QUESTÃO INDÍGENA Após assassinato de auxiliar de sertanista por índios corubos, Funai vai fazer mudanças em posto na região

PF vai investigar morte no Amazonas

ESTANISLAU MARIA
da Agência Folha, em Belém

A Superintendência da Polícia Federal no Amazonas vai abrir inquérito para investigar a morte do funcionário da Funai Raimundo Batista Magalhães, 42, na reserva Vale do Javari, oeste do Amazonas, perto da fronteira com o Peru. Ele foi morto a pauladas pelos índios corubos na última sexta-feira.

A informação foi dada ontem pelo diretor do Departamento de Índios Isolados da Funai, Sydney Possuelo, 57, por telefone, de Tabatinga (AM).

Possuelo afirmou também que fará "uma série de reformulações" no posto, que, para evitar ataques, funciona em dois barcos no meio do rio Ituí na área indígena, a 140 quilômetros de Tabatinga (1.100 km a oeste de Manaus).

"Precisamos de materiais e homens adequados. Vamos equipar o posto e fazer algumas trocas no pessoal", disse Possuelo.

Na última sexta, os corubos atacaram quatro funcionários da Funai que faziam um novo contato na margem do rio. Magalhães foi morto com pancadas na cabeça. Os outros três conseguiram escapar no barco.

Para a Funai, a causa do ataque seria uma reação a brigas, disputas e conflitos acumulados.

"Esses índios vêm sendo assassinados, massacrados, explorados, roubados pelos brancos há anos", disse Possuelo.

Na região, há ribeirinhos que extraem madeira, caçam, invadem a área indígena. Segundo Possuelo, "já ocorreram dezenas de mortes dos dois lados."

No posto trabalhavam dez funcionários. Só Magalhães e mais dois eram efetivos. Os outros são contratados temporários. Três estão afastados, doentes de malária.

Magalhães era auxiliar de sertanista da Fundação Nacional do Índio e trabalhava havia 17 anos com índios isolados (com pouco ou nenhum contato com o branco).

Os corubos não usam arco e flecha, mas são agressivos e conhecidos como "caceteiros" por atacarem com uma espécie de porrete de madeira.

Desde 1972, a Funai tentava contato com eles. O primeiro foi feito apenas no ano passado. Nesses 25 anos, os índios mataram oito funcionários da fundação e um da Petrobrás. Nos últimos dez meses, os corubos fizeram quase 30 contatos com a Funai, sem incidentes.

"Não digo que eles fingiam estar pacificados, mas a violência é uma reação esperada. Nenhum funcionário portava uma espingarda na sexta-feira. Isso intimidaria", disse Possuelo.



Contato visa proteger tribo

AUGUSTO GAZIR
da Sucursal de Brasília

O contato e a atração de índios isolados por parte da Funai só ocorre quando é necessário proteger tribos ameaçadas por grupos econômicos.

"O contato é visto como uma defesa. Só acontece o contato que visa a atração quando as comunidades estão ameaçadas por grupos econômicos, como as madeiras", disse Antonio Pereira Neto, antropólogo da Funai.

Na última quinta, um índio corubo matou o auxiliar de sertanista Raimundo Batista Magalhães, 42. A tribo dos corubos vem sendo ameaçada por madeireiros, segundo a Funai.

"Ou se faz o contato, ou esses índios acabam", disse Pereira Neto. Além da reserva dos corubos, a Funai tem seis frentes de contato com grupos indígenas isolados e ameaçados — todos no Norte e Centro-Oeste.

Os técnicos da Funai calculam que há no Brasil 40 grupos indígenas que nunca tiveram "contato fixo" com não-índios.

Esses indígenas não são procurados porque não existe ameaça contra eles.

O trabalho dos sertanistas que tentam o contato com tribos isoladas é demorado, arriscado e exige persistência. Quando se detecta um grupo isolado de índios, é criada uma reserva para protegê-lo.

A primeira tarefa é reconhecer a área com o auxílio de satélites. Os funcionários da Funai montam um acampamento próximo à tribo e começam a deixar presentes na mata, como tesouras e caça.

"(Os presentes) parecem infantis, mas para os índios uma tesoura é um salto de tecnologia que assusta", disse Pereira Neto. "Quando se presenteia, é criada uma dependência que facilita a atração."

Os sertanistas nunca chegam à tribo para fazer o contato. São os índios que vão até o acampamento da Funai procurar os presentes. Esse trabalho demora anos. Com os corubos, os técnicos da Funai trabalharam vinte anos até o primeiro encontro formal, em outubro.

Sertanista é profissão em extinção, diz antropólogo

da Sucursal de Brasília

O sertanista é uma profissão em extinção. "É uma ave rara na Funai", afirmou o antropólogo da entidade Antonio Pereira Neto.

Segundo ele, o último curso da Funai de técnico indigenista, necessário na formação do sertanista, foi em 85. O sertanista não pre-

cisa necessariamente ter curso superior, precisa conhecer a natureza. "O sertanista tem que saber ler a mata, não precisa ser escolado. Temos sertanistas analfabetos e maravilhosos. O cara vê a mata como o índio", disse Pereira Neto.

O antropólogo foi administrador da Funai em Altamira (PA) e chefe do auxiliar de sertanista Raimun-

do Batista Magalhães, o Sobral, morto pelos índios corubos. "Sobral era muito querido. Era experiente para entrar numa fria, tinha muita segurança", disse.

Sobral participou da equipe de Sydney Possuelo, chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai, que em outubro do ano passado fez o primeiro contato formal

com os corubos, conhecidos como índios caceteiros por usarem porretes de madeira de até 8 kg.

O auxiliar de sertanista foi o oitavo funcionário da Funai a morrer em contato com os índios corubos, em mais de vinte anos.

O funcionário da Funai foi enterrado ontem pela manhã. Ele tinha seis filhos de dois casamentos.

Pena depende de integração

da Reportagem Local

Os índios corubos que mataram o funcionário da Funai não podem ser processados ou responsabilizados criminalmente. A afirmação é de Dalmo Dallari, professor de teoria geral do Estado da USP (Universidade de São Paulo).

Segundo Dallari, a responsabilidade criminal dos índios depende de seu grau de integração à sociedade branca: quanto maior ela for, maior será a responsabilidade.

Os corubos vivem isolados. Eles desconhecem totalmente as regras que regem a sociedade branca e, por isso, não podem ser responsabilizados pelo crime, disse Dallari. A capacidade de discernir atos ilícitos de ilícitos é um dos princípios que orientam a legislação penal.

Índios mais integrados à sociedade podem ser processados e condenados. O Estatuto do Índio, de 73, determina que a Justiça leve em conta o grau de integração.

O líder caiapó Paulinho Paiakan, por exemplo, foi julgado, em 94, sob a acusação de ter estuprado uma estudante. Ele foi absolvido, mas não por ter sido considerado incapaz de julgar seus atos de acordo com as leis da sociedade branca.

A Justiça concluiu que os ferimentos na vítima haviam sido produzidos por sua mulher, Irekran Caiapó. Ela foi absolvida porque foi considerada não-integrada à sociedade. (CLÁUDIA TREVISAN)